

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS PRODUTORES RURAIS DO SUDOESTE GOIANO

Jordan Barbosa Lunas¹ (Bolsista de Iniciação Científica – BIC)*

UEG Campus Santa Helena de Goiás

Divina Aparecida Leonel Lunas² (Orientadora do Trabalho – Bolsista do PROBID)

UEG Anápolis Campus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas

Resumo: Este estudo apresenta a organização dos produtores rurais do sudoeste goiano quanto a suas cooperativas e situação perante ao estado de Goiás, descrevendo as alternativas dentro das políticas públicas que podem ser encontradas por elas para alterar o cenário de falência e desorganização das mesmas. Os agricultores familiares tem a tendência copiar modelos produtivos dos grandes agropecuários da região assim como suas cooperativas e acabam falhando neste aspecto por não pensar justamente como seguir os seus próprios passos de forma coordenada e afim de ter sua própria forma de sustento de uma maneira mais simples e objetiva aproveitando as políticas públicas para impulsionar sua renda familiar e manter suas cooperativas ativas beneficiando a todos os associados. O trabalho apresenta, ainda os programas que podem ser acessados pelas cooperativas e agricultores familiares e a participação deste segmento nestes programas que muitas vezes nem são procurados ou utilizados por falta de documentação necessária para acessar ou pendências judiciais que impossibilitam a inserção das cooperativas e agricultores. Conclui-se que a organização dos produtores rurais familiares é uma importante ferramenta de inserção produtiva e sustentabilidade para acesso aos programas de políticas públicas existentes.

Palavras-chave: Cooperativas. Políticas Públicas. Agricultores Familiares. Acessar. Documentação.

Introdução

A agricultura familiar no Brasil é um setor caracterizado por forte apoio do Governo Federal por meio de políticas públicas para garantir acesso à terra e crédito subsidiado para a sustentabilidade da sua produção agrícola. Conforme Amábile (2010, p. 390) “uma política pública se integra ao conjunto de esforços governamentais, coordenados em prol do atendimento de demandas especificamente selecionadas.” O direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar tem se baseado fortemente no incentivo a organização produtiva dos produtores rurais.

Outra ação que tem sido tomada pelo Governo Federal por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário é a integração das ações por meio a

abordagem territorial (MDA). Desta forma entende-se que a alavancagem destas ações necessita da integração entre as universidades e a comunidade que integra a agricultura familiar.

No estado de Goiás, caracterizado pela alta participação da produção rural na formação das riquezas estaduais, a promoção de ações de extensão e pesquisa com foco na implementação e apoio aos núcleos de desenvolvimento territorial é um marco no processo de dirimir as desigualdades e exclusões recorrentes do modelo de crescimento econômico do estado e até mesmo do país.

De acordo com Lamarche (1997) grande parte dos pequenos produtores são excluídos do processo de modernização, conservando, dessa forma, suas características tradicionais, como: dependência à grande propriedade, o acesso precário os meios de trabalho, a pobreza e a sua extraordinária mobilidade social. Por isso a importância da organização produtiva dos mesmos para que tenham acesso as políticas públicas de forma eficiente.

Este trabalho tem como foco a análise da organização social produtiva dos produtores rurais e sua situação legal visando caracterizar as formas de acesso e capacidade de sustentabilidade destas organizações. Ressalta-se que a existência de uma organização legal por parte dos produtores rurais da agricultura familiar é condição exigida para acessar as diferentes políticas públicas construídas como forma de garantir a viabilidade das atividades destes produtores, por isso a importância de mapear este tipo de organização no Território Rural do Sudoeste – Goiás.

Material e Métodos

O estudo foi executado por meio de levantamento bibliográfico para o embasamento teórico sobre a diferenciação entre a organização social produtiva dos produtores rurais via modelo de cooperativa. Esta etapa caracterizou-se pela utilização das seguintes técnicas: leitura, análise e redação do referencial teórico.

Foi adotado para complementar o presente trabalho o relato de experiência e vivência por meio do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET sudoeste goiano).

Resultados e Discussão

De acordo com a OCB (2014). “Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida”.

As cooperativas do sudoeste goiano tem grandes exemplos para se seguir observando grandes cooperativas que se estabeleceram de longa data no estado. Um exemplo é a Comigo, mas as vezes o erro das mesmas é tentar seguir o exemplo do grande e não pensar em se estruturar e formar um grupo capaz de levar a cooperativa para frente por meio de alternativas simples que podem beneficiar a todos e aumentar a renda. Uma destas alternativas seriam os programas do governo federal como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou o Programa de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), estes programas podem beneficiar cooperativas que estão surgindo e aquelas que necessitam de uma reestruturação para buscar novas fontes de renda. Em geral as cooperativas no Brasil tendem a beneficiar a economia do país como demonstra dados da OCB “Apenas no ramo das cooperativas agropecuárias, o faturamento fica em torno dos R\$25 bilhões/ano, ou cerca de 30% do Produto Interno Bruto PIB”.

O Quadro 1 apresenta as cooperativas do sudoeste goiano cadastradas ao sistema da OCB. Elas atuam em diferentes segmentos do meio agrícola e dentre as 7 cooperativas encontradas apenas 3 não possuem pendências fiscais perante a união as demais ou estão com problemas ou os dados não podem ser acessados por terceiros. As demais cidades do sudoeste goiano não apresentaram cooperativas cadastradas perante a OCB no setor agropecuário portanto não foram citadas neste quadro.

Quadro 1: Cooperativas do Sudoeste Goiano do setor agropecuário, 2017.

MUNICIPIO	COOPERA TIVA	SIGLA	SETOR	SITUAÇÃO FISCAL
ACREÚNA	Cooperativa dos Produtores de Algodão Soja e Milho da região do vale dos rios dos	COOPERLARGO	AGROPECUÁRIO	Sem pendências.

	bois.			
MONTIVIDU	Cooperativa de Desenvolvimento na qualidade total do agronegócio do sudoeste goiano	COOPERQUALITY	AGROPECUÁRIO	Sem acesso a registro fiscal.
RIO VERDE	Agroindustrial dos Produtores Rurais. Comerciantes de Carne do Estado de Goiás. Suinocultores e Avicultores de Goiás. Produtores de Eucalipto do Sudoeste de Goiás. Produtores de Leite e da Região.	COMIGO COOPERCARNE COOPERSAG COPEG PROLEITE	AGROPECUÁRIO	COMIGO Possui pendência fiscal. COOPERCARNE Sem pendências. COOPERSAG Possui pendência fiscal. COPEG Sem pendência fiscal. PROLEITE Sem acesso a registro fiscal.

Fonte: Autoria Própria.

As cooperativas existentes do sudoeste goiano tem grandes problemas perante a justiça com documentos atrasados ou pendências fiscais que impossibilitam as mesmas de acessar as políticas públicas que são de direito de todas, portanto a regularização em todos os âmbitos das cooperativas é o maior desafio encontrado neste setor. No próximo item apresenta-se uma breve descrição de um dos programas mais importantes direcionados a agricultura familiar quanto a criação de um mercado para seus produtos.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

O programa tem como base incentivar a agricultura familiar de forma eficiente e rápida através das escolas municipais e entidades que podem se beneficiar com esta parceria do campo com a cidade e as cooperativas destes municípios podem observar um ramo em potencial para elas dominarem dentro de sua própria região.

O Sudoeste Goiano é composto de 12 municípios são eles: Santa Helena de Goiás, Rio Verde, Maurilândia, Turvelândia, Paraúna, Quirinópolis, Montividiu, Cachoeira de Goiás, Castelândia, Santo Antônio da Barra, São João da Paraúna e Acreúna. Esses municípios são caracterizados pela cultura da soja e do milho, isto indica que a agricultura familiar tem características de tentar reproduzir culturas de larga escala e os produtos da cesta básica alimentar são poucos ou muitas vezes nem são produzidos na região, a estrutura agrária do sudoeste goiano é bastante concentrada e isto dificulta a agricultura familiar de encontrar o seu espaço no mercado mas com o programa nacional de alimentação escolar pode ser uma alternativa que consolide esses produtores a buscar novas alternativas de produção e diversificar seus produtos. Na Tabela 1 apresenta-se os dados referente aos valores destinados a este programas pelas prefeituras da região pesquisada para o ano de 2014.

Tabela 1: Aquisição para agricultura familiar em 2014.

Entidade Executora	Valor Transferido	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
PREF MUN DE SANTA HELENA DE GOIAS	R\$ 290.772,00	R\$ 100.136,32	34,44%
PREF MUN DE TURVELANDIA	R\$ 80.280,00	R\$ 7.929,55	9,88%
PREF MUN DE RIO VERDE	R\$ 1.453.120,00	R\$ 760.203,80	52,32%
PREF MUN DE PARAUNA	R\$ 124.400,00	R\$ -	0,00%
PREF MUN DE QUIRINOPOLIS	R\$ 414.270,00	R\$ 113.884,14	27,49%
PREF MUN DE MONTIVIDIU	R\$ 76.070,00	R\$ -	0,00%
PREF MUN DE CACHOEIRA DE GOIAS	R\$ 5.680,00	R\$ 4.874,20	85,81%
PREF MUN DE CASTELANDIA	R\$ 57.120,00	R\$ -	0,00%
PREF MUN DE SANTO ANTONIO DA BARRA	R\$ 47.142,00	R\$ 9.524,05	20,20%

PREF MUN DE SAO JOAO DA PARAUNA	R\$ 11.136,00	R\$ 3.932,60	35,31%
PREF MUN DE ACREUNA	R\$ 237.852,00	R\$ 72.481,40	30,47%
PREF MUN DE MARILANDIA	-	-	-

Fonte: Autoria Própria.

O recurso para compra de alimentos é destinado diretamente aos estados e municípios com base no censo escolar do ano anterior, é obrigatório se utilizar no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos financeiros que são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, a Tabela 1 demonstra que esses 30% em alguns municípios muitas vezes não são utilizados tanto por falta de oferta pelos agricultores tanto por problemas que impedem as cooperativas ou agricultores familiares de atuarem neste programa por falta de regularização na mercadoria ou pendências fiscais das cooperativas.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

Este programa foi criado em 2003 sendo uma ação do Governo Federal que auxilia com o combate á fome e pobreza e fortalece a agricultura familiar tem como prioridade favorecer a aquisição de alimentos produzidos pelos agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando a produção e agregando valor a mesma. O programa distribui por meio dos agricultores familiares, comunidades indígenas, assentados da reforma agrária e afins alimentos a população mais vulnerável socialmente. O Quadro 2 apresenta a descrição das modalidades deste programa.

Quadro 2: Modelos de compra do Programa de Aquisição de Alimentos.

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/as sociações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de

					alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/as associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS		Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2017)

As cooperativas da região ligadas ao leite, como a PROLEITE pode se beneficiar através deste programa por meio da modalidade de compra do PAA de seus produtos e a modalidade de compra direta da agricultura familiar pode beneficiar a todas as cooperativas do sudoeste goiano que estejam regulares perante a união. Por meio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e reuniões do projeto do Território do Sudoeste Goiano foi possível observar os problemas reais enfrentados pelas cooperativas existentes e pelos agricultores familiares como destacado neste trabalho a documentação e inadimplência impedem o acesso as políticas públicas e a financiamentos propostos por bancos, esses problemas são gerais não somente de uma ou outra cooperativa do sudoeste goiano, a falta de informação e gerência destas cooperativas muitas vezes são as causas de falência.

Considerações Finais

As barreiras encontradas pelas cooperativas para acessar as políticas públicas estão fazendo com que cooperativas fiquem inativas e acabem morrendo com o passar dos anos impedindo o crescimento de seus associados muitas das vezes pequenos agricultores que dependiam da mesma para exercer suas atividades agrícolas. Os problemas fiscais e a falta de organização são entraves

fundamentais neste setor agropecuário não somente no Sudoeste Goiano mas em várias regiões do estado de Goiás.

O incentivo ao crescimento está quase sempre à disposição mas para acessar tais benefícios existem também grandes dificuldades. Entende-se que o desenho de uma política pública para o setor da agricultura familiar precisa rever a questão de acesso a profissionalização da organização produtiva deste segmento para que o acesso aos benefícios das políticas públicas seja feito de maneira sustentável. Outra questão ressaltada é o ambiente instável para a agricultura familiar com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário que coordenava várias ações e programas para este segmento. Essa fragilidade institucional tem sido questionada por várias entidades que trabalham diretamente com a agricultura familiar quanto a continuidade e constância de recursos para este segmento que tem sido afetado duramente com as mudanças impostas pelo governo federal pós 2015.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, a Universidade Estadual de Goiás e a minha orientadora Divina Aparecida Leonel Lunas.

Referências

AMABILE, A. E. de N. Políticas Públicas. In: CASTRO, C. L. F. de et al. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2010, p.390-391.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar**: comparação internacional. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Forma ideal de organização**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acessado em 13 de Junho 2017.

